

## Sem reformas, gasto obrigatório vai a 98% em 2021

Por Claudia Safatle | De Brasília

Os gastos obrigatórios do Orçamento da União, que hoje representam 91% da despesa primária, estão em trajetória crescente e vão consumir 98% da despesa da União total em 2021, caso a reforma da Previdência não avance nem apareçam novas receitas atípicas.

As despesas obrigatórias representavam 84% do gasto total em 2013 e desde então aumentaram gradativamente para 91%, por causa, sobretudo, dos subsídios do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Daqui por diante, elas estarão em processo de elevação em razão dos gastos com a Previdência Social, segundo dados elaborados pelo Ministério do Planejamento.

As duas maiores despesas obrigatórias são com o Regime Geral da Previdência, que hoje representa 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB), e com a folha de salários e encargos sociais do

funcionalismo federal, que corresponde a 4,4% do PIB.

Não basta, portanto, tratar da reforma da Previdência. O próximo governo terá que fazer, também, uma outra reforma penosa: a dos salários, das contratações e das carreiras dos servidores públicos.

Se nada for feito, e os gastos obrigatórios consumirem 98% da despesa primária total, será o colapso do Estado, que não conseguirá prestar nem mesmo os serviços públicos de má qualidade que presta hoje.

O quadro fiscal do governo está em completa deterioração. Há cinco anos o setor público apresenta déficit primário e, se nada for feito, o déficit - que neste ano deverá ser de R\$ 157,2 bilhões - continuará nos próximos anos.

Segundo os dados do Planejamento, o Orçamento em 2019 terá um "buraco" de R\$ 139 bilhões, cifra que cai para R\$ 110 bilhões em 2020 e para R\$ 70 bilhões em 2021, prevalecendo o novo regime fiscal dado pela lei do teto para o gasto

público. Com esses "buracos" nas contas, o endividamento continuará aumentando como proporção do Produto Interno Bruto, passando dos atuais 74% do PIB para 81,1% do PIB em 2021. Uma trajetória que é preocupante e insustentável.

A situação das contas públicas é dramática, e os programas dos candidatos à Presidência da República não dão nem a dimensão das dificuldades de um governo que está vivendo na base do cheque especial nem descrevem como pretendem lidar com a situação caso sejam eleitos.

A omissão pode ser uma estratégia eleitoral. Os candidatos imaginam que, se contarem a realidade para os eleitores, perderão votos.

A lista de promessas e compromissos é imensa, mesmo sabendo que não há dinheiro para cumpri-las. O que não se sabe é quem vai pagar pelo próximo e inadiável ajuste.

## Banco Mundial defende retirar investimentos do teto de gastos

*Documento também destaca a importância da reforma da Previdência para reequilibrar as contas públicas e ajudar a promover o crescimento da economia*

MARTHABECK

O Banco Mundial (Bird) divulgou esta semana um documento no qual defende mudanças na regra do teto de gastos e a realização da reforma da Previdência como formas de reequilibrar as contas públicas e, ao mesmo tempo, promover o crescimento da economia. De acordo com a instituição, o teto (pelo qual as despesas públicas só podem crescer com base na inflação do ano anterior) sugere reduções de gastos “extremamente desafiadoras”, o que acaba sacrificando investimentos públicos e programas sociais, como o Bolsa Família.

“Isto é obviamente indesejável, pois os multiplicadores fiscais para o investimento público e os programas sociais são muito mais altos do que os de gastos correntes, e potencialmente mais altos do que para os aumentos de impostos”, diz o texto, cujo principal objetivo é apontar para os candidatos à Presidência da República os maiores

desafios da economia brasileira. O texto sugere medidas de aperfeiçoamento no teto.

Uma delas seria excluir do limite os gastos com investimentos públicos, que tiveram um recuo de 1% do PIB em 2014 para 0,7% do PIB em 2017. Esses gastos tendem a sofrer os maiores cortes na hora de o governo ajustar o Orçamento. Além disso, segundo o Bird, seria preciso incluir medidas de correção automática mais rigorosas quando o teto for descumprido para que a dívida pública se estabilize mais rapidamente.

Hoje, a norma já prevê como sanção o congelamento dos salários do funcionalismo e a correção do salário mínimo apenas pela inflação. No entanto, o Banco afirma que essas correções resultariam numa economia de 0,3% do PIB por ano, o que é metade do ajuste sugerido pelo teto.

### RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA

Assim, “seriam necessárias medidas adicionais de ajuste automático para estabilizar os níveis de endividamento até 2026 com foco na Previdência e na folha de pagamento, os principais impulsionadores dos gastos atuais.

Ao explicitar esses ajustes e ancorá-los na regra constitucional, o risco de serem questionados na Justiça poderia ser reduzido”, diz o documento. O Bird também destaca que é preciso resolver o problema da rigidez orçamentária no Brasil, uma vez que grande parte das despesas é obrigatória.

Assim, é difícil não apenas cumprir o teto, mas também a regra de ouro, pela qual o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes, como folha de salários. O Orçamento possui “múltiplas vinculações de receitas sobre mais de 50% das receitas federais, bem como volumes mínimos de gastos com saúde e educação previstos na Constituição.

Juntamente com os direitos previdenciários, essas regras implicam que mais de 90% dos gastos do Orçamento federal do Brasil são predeterminados pela legislação e não podem ser alterados”. Uma das medidas necessárias, afirma o documento, é fazer uma reforma do sistema de aposentadorias que iguale direitos de trabalhadores do setor privado e do serviço público, revise as regras para o pagamento de benefícios assistenciais e desvincule as aposentadorias do salário mínimo.

## Ministério Público reprova concessão da Norte-Sul

Órgão que atua dentro do Tribunal de Contas da União rejeitou o edital do leilão que o governo pretendia realizar ainda neste ano

André Borges / BRASÍLIA

Depois de eleger 2018 como “o ano das concessões das ferrovias”, o governo praticamente não tem mais chances de leiloar o único trecho novo que tinha nas mãos: a Ferrovia Norte-Sul. O Ministério Público de Contas, órgão que atua dentro do Tribunal de Contas da União (TCU), reprovou o edital de concessão do trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D’Oeste (SP), primeiro estágio da análise realizada pelo tribunal. O processo deve ser levado ao plenário da Corte daqui a duas ou três semanas, apurou a reportagem.

Caso os ministros não acatem a rejeição defendida pelo MP e decidam dar prosseguimento à concessão, o órgão recomenda que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) faça ajustes ao leilão para corrigir dezenas de falhas nos estudos, entre eles, a troca de britas utilizadas em lotes do trecho, pedras frágeis e fora da especificação técnica, conforme revelou o Estado. Conhecida como a “espinha dorsal” do sistema ferroviário, a Norte-Sul é parte crucial do mapa logístico

nacional, porque integra praticamente todas as malhas existentes do País e aquelas que ainda estão planejadas para sair do papel.

Iniciada em 1987, com a meta de cruzar o País, a obra ficou parada por décadas e foi retomada no governo Lula. Hoje, a ferrovia tem um único trecho de 720 km em operação, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), concedido em 2007 à VLI, empresa da mineradora Vale. O trecho central e sul que agora se pretende conceder inclui mais 1.537 quilômetros nessa extensão.

A concessão à iniciativa privada já era prevista na gestão de Dilma Rousseff e foi incluída por Michel Temer no Programa de Parceria de Investimento (PPI) em dezembro de 2016. A minuta do edital foi enviada pelo governo ao TCU em março deste ano. O procurador Júlio Marcelo de Oliveira pede que a Corte de contas rejeite a proposta do governo, por causa de dois problemas centrais.

Segundo ele, faltam “estudos comparativos, quantitativos e qualitativos”, que fundamentem o modelo de exploração da ferrovia, confrontando as alternativas de adotar o modelo aberto, no qual diferentes empresas podem compartilhar a mesma malha, ou de

adotar o modelo vertical (que é o proposto pelo governo e atualmente utilizado no País), em que apenas um concessionário tem o monopólio da ferrovia e oferece uma pequena parcela da capacidade de tráfego para outras empresas.

O outro ponto é que o edital não trouxe nenhuma justificativa para incluir ou excluir o transporte de passageiros. O edital do trecho não detalha por que o transporte de passageiros foi deixado de lado. O posicionamento do MP de Contas ainda precisa ser analisado pelo ministro relator do processo no TCU, Bruno Dantas. Depois disso, Dantas submete seu voto conclusivo ao plenário da Corte, podendo acatar ou não as orientações do MP. Bruno Dantas não comenta o assunto.

É muito comum, porém, que os ministros da Corte sigam as orientações do MP, principalmente quando estão alinhadas com apontamentos já levantados pela unidade técnica do tribunal, o que é exatamente o caso da Norte-Sul. Para o MP de Contas, a garantia da competitividade no leilão impõe que, após todos os ajustes no edital, seja aberto prazo de 180 dias para que os outros interessados possam percorrer a ferrovia e adquirir o mesmo “acervo de informações” que a VLI já possui.

### **Ministérios se blindam para escapar de degola**

Na linha de tiro dos presidencialistas, que têm prometido a redução no número de ministérios, ministros começam a preparar relatórios para mostrar a importância de suas pastas. Líder nas pesquisas no cenário sem Lula, Jair Bolsonaro promete unir o Planejamento com a Fazenda e acabar com o Ministério da Segurança Pública. Na sabatina do "Estadão/Faap", ontem, João Amoêdo (Novo) contou que pretende unir os Ministérios da Cultura, Esporte e Educação. Geraldo Alckmin planeja extinguir 10 das atuais 29 pastas, entre elas a do Trabalho.

» **Salve-se quem puder.** Embora considere inevitável a extinção de alguns ministérios, o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, diz que "cabe a cada pasta mostrar sua importância para o próximo governo e para a sociedade. Isso se faz com trabalho e resultados".

» **Não é fácil.** O Ministério da Cultura chegou a ser fundido com o da Educação no início do governo Temer numa tentativa de reduzir o número de pastas, mas a classe artística reagiu.